

*Escolas
de Resistência*

**a
oposição
estudantil
à ditadura**

373.8 (669)
J927/1976
ESC



a nossa memória

EM período de comemorações, o turbilhão das iniciativas e discursos dissolve muitas vezes o que de mais importante podem ter as referências públicas ao passado: o exercício da memória colectiva, indispensável à participação cidadã. O 25 de Abril faz 25 anos e ocupará certamente muito espaço na comunicação social, nos discursos oficiais e em celebrações que se multiplicarão. As forças vivas da sociedade portuguesa têm um papel importante neste momento, ajudando a transformar a data simbólica num instrumento de compreensão da nossa história recente.

A INICIATIVA de divulgar entre os estudantes uma publicação como a que tens nas mãos insere-se neste espírito. O derrube do fascismo em Portugal, comemorado neste vigésimo quinto aniversário, foi o resultado dos esforços persistentes de muitos cidadãos e cidadãs que durante décadas enfrentaram cada um, como pessoas, a prepotência e a brutalidade de um regime fechado sobre si próprio e dono da verdade. Homenagear essas coragens que souberam organizar-se colectivamente é o primeiro dos nossos objectivos.

E SCOLHEMOS uma faceta concreta da resistência à ditadura como tema desta iniciativa. Os estudantes, nomeadamente os universitários, conheceram durante as décadas de Estado Novo um ensino que era o espelho do monolitismo do poder. "O estudante, estuda", dizia Salazar, sintetizando as intensões de consolidação de uma elite bafienta, plenamente identificada com a ideologia oficial e alheada da cidadania. Só a custo de muita violência o regime derrotou o associativismo estudantil republicano dos primeiros anos da ditadura. A mesma receita policial seria aplicada sistematicamente a partir de meados da década de cinquenta, com o ressurgimento da contestação nas universidades, mas já sem o mesmo êxito. As sucessivas "crises académicas" transformaram os estudantes em definitivos adversários do regime, cujas vitórias seriam sempre transitórias.

E STA história é a nossa história. Porque foi na adversidade do salazarismo que as gerações de universitários que nos antecederam perceberam a livre associação e a intervenção na vida académica como direitos dos estudantes. Foi contra os poderes instalados que impuseram o reconhecimento de interesses comuns e unificadores, enfrentando uma visão dominante que atribuía ao associativismo uma função meramente lúdica e de serviços. Foi ultrapassando o paternalismo de Estado que os estudantes derrubaram os muros da universidade, alargando os seus horizontes às exigências de democracia política, justiça social e à busca de novos modos de vida, fora do redil "Deus, Pátria, Família".

E SCOLHEMOS então assinalar o aniversário da revolução de Abril lembrando o que nós, estudantes, também fizemos por ela. Para sabermos mais do que fomos e quisémos na ditadura e compreendermos melhor o que somos e exigimos à democracia.



Nº 4314

O "REVIRALHO" *estudantil*

A PRIMEIRA REPÚBLICA MORRIA ÀS MÃOS de uma ditadura militar que se transformaria depois em "Estado Novo". Poucos se davam conta do que estava para vir, mas muitos se dispunham a contrariá-lo. Entre os autores das primeiras denúncias da ditadura militar que tomara o poder em 28 de Maio de 1926 estão os estudantes republicanos, cuja influência vem crescendo nos três pólos universitários do país, Coimbra, Lisboa, Porto.

Em 1864, Antero de Quental e a sua Sociedade do Risco organizam o combóio de universitários de Coimbra que, quatro anos depois da inauguração da ligação ferroviária ao Porto, aí se deslocam, contra o duque de Loulé e o seu ministro Rolim de Moura. O arcaísmo da universidade portuguesa e a sua rigidez disciplinar cedo encontravam os seus adversários nos jovens que contactavam com as novas ideias que circulavam na Europa.

Mais de sessenta anos depois desta primeira mobilização de estudantes contagiados por ideias republicanas e socialistas, as correntes democráticas do meio estudantil estavam na linha da frente da luta política. O Centro Republicano Académico de Coimbra e os estudantes agrupados em Lisboa em torno do grupo editor da *Seam Nova* destacam-se no activismo contra os novos governantes, tomando parte activa nas conspirações "reviralhistas".

A intervenção dos republicanos, que se opõe à dos nacionalistas na

disputa de influência nas camadas universitárias, extravaza em muito a reivindicação de uma política de educação progressista e de corte com o peso da igreja na universidade. Neste momento conturbado da história do país vamos encontrar os estudantes republicanos na preparação e execução das tentativas de derrube do regime pela força das armas.

No seguimento da derrota do movimento militar de 3 de Fevereiro de 1927, é fundado em Lisboa o Batalhão Académico Anti-Fascista. Aí se procurava estruturar uma força de estudantes que pudesse mobilizar-se ao lado das investidas da oposição contra o novo regime. As características deste, que apenas se começavam a definir, eram já bem percebidas pela geração de estudantes que haveria de protagonizar as lutas estudantis até 1931.

Os tempos
em volta
1927/28

1927

Fevereiro

3 As tropas portuguesas de "Caçadores 91" protagonizam a primeira revolta contra a ditadura militar. É a guerra civil, de curtíssima duração.

6 O café A Brasileira é encenado por ser recinto de comícios revolucionários.

8 Uma nova revolta é alvo de bombardeamento aéreo das zonas de Lisboa controladas pelos oposicionistas.

16 Jaime Cortesão e Raúl Proença, membros da Liga de Defesa da República, são demitidos das direcções da Biblioteca Nacional e dos seus serviços técnicos, respectivamente.

Março

10 Sai em Coimbra a primeira edição da "folha de arte e crítica" *Presença*.

Maio

26 É assaltada e destruída a sede de *A Batalha*, diário sindical de inspiração anarquista, um dos principais jornais de Lisboa. As instalações da Confederação Geral do Trabalho, sua proprietária, são encerradas pela polícia em Novembro.

1928

Abril

11 Decreto nº 15354, art. 6.º: "[Em Moçambique] Não é permitida a admissão de indígenas em espectáculos cinematográficos em que se exponha algum crime de homicídio, roubo, furto ou fogo posto".

Setembro

22 O coronel Prata Dias é nomeado director geral dos serviços de censura.



Porto, funeral do estudante
João Martins Branco, Abril 1931

ARQUIVO FOTOGRAFICO DO ICP

Os estudantes têm a sua principal referência política na Liga de Defesa da República, a "liga de Paris", que reúne alguns intelectuais e políticos da República avessos à ditadura: Afonso Costa, Álvaro de Castro, Jaime Cortesão, António Sérgio. No seu nascimento, a LDR elege como preocupação principal o empréstimo a Portugal que o ministro das finanças, Sinel de Cordes, tentava negociar na Sociedade das Nações. Para os republicanos, a pátria está à venda em nome da resolução do "problema financeiro".

É no âmbito dessa busca de equilíbrio de contas que o governo decide o encerramento de uma série de faculdades e escolas superiores. Há três mil estudantes afectados pela medida. Demitem-se em bloco os professores da faculdade de Direito, uma das encerradas e as três universidades iniciam uma greve geral de estudantes.

Nos seus manifestos clandestinos, os estudantes denunciam a violência dos confrontos com as forças policiais e as medidas repressivas sobre o movimento: a incorporação militar de estudantes, a ordem de expulsão do concelho de Lisboa dos grevistas chumbados por faltas, as escutas telefónicas e a apreensão de correspondência.

A pressão estudantil arrancará algumas promessas ao novo ministro da instrução, Duarte Pacheco, mas a reabertura das faculdades encerradas em Coimbra e no Porto ficará por cumprir. Os protestos continuam, mas as reivindicações estudantis serão ofuscadas pelo envolvimento na conspiração reviralista.

INSPIRAÇÃO ESPANHOLA

As lojas maçónicas são o ponto de encontro de muitos destes estudantes. Na loja "Revolta" encontram-se estudantes do CRA e relacionados com a "liga de Paris". A República das Águias é sede de reuniões conspirativas alargadas a militares oposicionistas onde se planeia o fracassado assalto ao quartel de metralhadoras, em Julho de 1928. São presos os dirigentes estudantis e maçons Carlos e Silo Cal Brandão e a república é invadida pela polícia de informações.

Por estes dias são vividos em Espanha momentos de grande agitação entre os estudantes: o regime de Primo de Rivera acaba de legitimar os centros de educação católicos para a atribuição de títulos universitários. A Federação Universitária de Estudantes decreta a greve geral e o

processo de luta no país vizinho é seguido atentamente do lado de cá. Mas, durante o ano de 1929, as mobilizações revirahistas e estudantis vão conhecer uma certa pacificação. No ano seguinte, regressa a turbulência, com o agravamento da luta entre estudantes republicanos e nacionalistas. Estes, partidários da ditadura, destroem a sede do jornal estudantil *Liberdade*. Do encontro nacional de academias, em Coimbra, resulta a prisão de numerosos activistas, entre os quais Carlos Cal Brandão, que ficará preso quase meio ano. A reacção não se faz esperar e o reitor da Universidade de Coimbra esfrega as mãos de contente à entrada da polícia nas instalações universitárias onde decorrem manifestações contra o regime.

A oposição estudantil republicana escolhe os professores mais retrógrados - alguns dos quais haveriam de se tornar altos quadros do salazarismo - como alvos preferenciais: o seu afastamento, especialmente dos cursos de Direito e Letras, onde predominam, torna-se "uma medida de higiene para o prestígio e o engrandecimento da Democracia". Um membro da direcção da académica do Porto, presidida então por Emídio Guerreiro, é preso. Em Lisboa, acontece

o mesmo ao próprio presidente da Federação. Fala-se da "dinâmica estudante da Revolução", acentuam-se as críticas ao clericalismo da instituição universitária e à repressão, exigindo o fim das aulas que decorriam sob vigilância policial. Mas as reivindicações respeitantes ao universo escolar nunca perdem de vista a aspiração por uma "sociedade nova" de bases socialistas.

GUERRA CIVIL

A situação está de novo ao rubro em Espanha, já em 1931, com sangrentos confrontos de rua e a suspensão das aulas em todas as universidades. Também por cá o regime treme. Em Lisboa, durante os primeiros dias de Abril, vive-se a guerra civil, com a tomada de parte da cidade por militares revirahistas solidários com a "República da Madeira". Desde 4 de Abril de 1931 e durante um mês, a revolta tomou conta da ilha. O revirahismo vive uma inédita maré alta.

Nas universidades, o regresso às aulas é adiado uma semana, enquanto os estudantes celebram

"Colegas,

As "praxes" originárias de Coimbra, seguidas e excedidas em Lisboa e Santarém, encontram-se naquela fase de gradual declínio que geralmente precede a morte. Os seus adeptos, outrora contáveis à centenas, são agora em número tão escasso e reduzido, que para manterem a todo o custo tão gloriosas tradições legadas por seus avós, se matriculam todos os anos na Faculdade com o fim único de maltratarem o novo aluno, dando assim largas aos seus ferozes instintos. (...)

Colegas Republicanos de Lisboa, é necessário cumprirmos com o nosso dever!.. É preciso que este ano os nossos alunos, colegas e futuros amigos, sejam recebidos de braços abertos por todos nós; e que os amparemos e guiemos como mais velhos e experientes nesta eterna estrada de desilusões que é a vida. (...)

Não dignos de censura e desprezo serão eles [os integralistas] exercendo a "Praxe", como nós consentindo que ela se pratique.

Abaixo a tradição."

Panfleto de JOAQUIM COELHO FLÓR,

da Liga de Estudantes Republicanos da Faculdade de Ciências, Lisboa, Outubro 1930.

Os tempos em volta

1929/31

1929

Abril

21 Inicia-se em conferência a reorganização do PCP na clandestinidade. O secretário-geral é Bento Gonçalves.

Setembro

12 O presidente da República recebe os dois filhos de Mussolini de visita a Portugal.

Novembro

19 O *Novidades* abre uma subscrição pública para a oferta de um automóvel ao novo cardeal patriarca de Lisboa, Manuel Cerejeira.

1930

Junho

17 É despoletada uma conspiração envolvendo militares e civis. Multiplicam-se presos e deportados.

Julho

8 Em substituição do artº quinto da Constituição é aprovado o Acto Colonial. Mais tarde, Salazar dirá: "a própria ideia de Império que escandalizou alguns (...) trouxe aos espíritos uma noção de unidade e um sentimento optimista de grandeza".

30 É criada a União Nacional, partido único da ditadura, "até se ultimarem as bases da reorganização de Portugal".

Dezembro

11 A Polícia de Informações nega acusações de maus tratos a presos políticos.

1931

Fevereiro

15 Surge o primeiro *Avante!*, órgão central, clandestino, do PCP.

Abril

4 Inicia-se a revolta da Madeira, liderada pelo general Sousa Dias.

Setembro

16 Nasce a Comissão Inter-sindical, comunista, que disputará o campo sindical aos anarquistas da UGT.



Porto. Manifestação no 1º Maio de 1931. ARQUIVO FOTOGRAFICO DO SEP

publicamente a proclamação da República em Espanha e se sucedem as cargas policiais e as prisões. Ainda se resistia no Funchal aos bombardeamentos da marinha de guerra, quando a 29 de Abril, em Lisboa, os estudantes de Direito invadem a sua faculdade numa greve destinada a fazer crescer a agitação social em vésperas de um movimento revolucionário congeminado no seio da loja maçónica "Revolta". As outras faculdades não conseguem seguir o exemplo de Direito e a vaga repressiva conduz muitos estudantes à prisão e à reprovação por faltas.

No dia anterior, no Porto, uma assembleia de estudantes é interrompida pela polícia, do que resultam vários feridos e um morto. O seu funeral será uma massiva manifestação de repúdio pela ditadura, e o dia do trabalhador decorre em clima insurreccional. Dezenas de estudantes que preparavam uma revolta são presos. Mantendo-se a agitação pública, é criado o forte de Peniche, onde o regime então nascente viria a "alojar" presos políticos nas décadas

seguintes. Ai nascerá o "26 de Agosto", plano revolucionário em que tomam parte vários estudantes, como Vasco da Gama Fernandes e José Magalhães Godinho. Mas o seu fracasso seria o golpe final na grande conspiração republicana dos princípios da ditadura.

Nos dias seguintes à revolução frustrada, multiplicaram-se as deportações e os exílios: centenas de militares e civis são embarcados para Timor, Açores, Cabo Verde, São Tomé e Angola. A oposição está muito mais débil e o regime muito mais forte, sobretudo depois da reactivação da Polícia Internacional Portuguesa (antecessora da PIDE), do reforço da censura e do saneamento da função pública dos elementos ligados à oposição.

O Estado Novo está para se consagrar com a Constituição corporativa de 1933. A evolução (e a estagnação) dos acontecimentos no país será seguida a partir de fora pelos principais protagonistas da contestação estudantil à ditadura militar. No regresso a Portugal ou à vida pública, a partir de Abril de 74, estes jovens serão já idosos, chegando então alguns a ser eleitos parlamentares.

EMÍDIO GUERREIRO,

99 anos de idade, foi dirigente associativo no Porto numa época turbulenta. A ditadura militar perseguia as oposições no país onde se instalava "para ficar". Os estudantes criticavam o arcaísmo da universidade, mas sobretudo combatiam o regime. Influenciado pelas ideias socialistas e republicanas, Emídio Guerreiro conheceu muito cedo as prisões. Não deu tréguas ao fascismo e por isso passou em algumas trincheiras da história deste século. A recompensa, ainda a conserva: uma boa memória.



Em 1999, em Lisboa.

“NUNCA PENSEI FICAR EXILADO 42 ANOS”

A ligação dos estudantes à revolta de alguns militares do revirvalho era quotidiana. Quando presidiu à Associação Académica do Porto também estava no Tribunal Militar...

Estava a cumprir uma comissão de serviço no Tribunal Militar, por ser estudante, mas pertencia ao Batalhão de Caçadores 9. A participação dos estudantes na luta contra a ditadura militar aconteceu desde o início. Em Fevereiro de 1927, participei na revolta do general Sousa Dias. Foi uma experiência muito dura. Ocupámos parte da cidade, com trincheiras na Praça da Batalha. Mas a resposta da ditadura foi muito forte. Fomos bombardeados e houve um grande número de mortos. Em virtude dessa revolta, os principais dirigentes do 3 de Fevereiro (Jaime Cortesão, Jaime Morais) foram demitidos dos seus cargos. Mais tarde haveríamos de nos encontrar no exílio espanhol...

Em 1931, já com Salazar no governo, há um novo levantamento estudantil. Na defensiva, o movimento ganhou fôlego com a homenagem ao estudante morto durante a greve académica de Abril desse ano...

O funeral do estudante de medicina, que morreu na sequência de confrontos com a polícia, foi um grandioso acto de resistência. A morte do estudante João Martins Branco desencadeou reacções de vários quadrantes da sociedade portuguesa. A polícia tinha entrado na faculdade de Medicina para expulsar os grevistas. Nessa altura a faculdade situava-se no Carmo. Como o edifício estava em obras, algumas áreas eram muito perigosas. O estudante Branco estava a fugir a uma carga policial e ficou encurralado numa zona onde

havia um grande precipício. Em virtude das obras, tinham retirado uma escadaria que ligava os vários pisos. Não lhe restava nenhuma outra solução senão tentar descer, porque atrás estava a polícia. Essa queda provocou-lhe a morte.

O movimento também protagonizou alguns episódios divertidos.

As nossas acções de revolta tinham muitas facetas. Lembro-me de uma vez termos roubado o busto do ministro da Instrução da altura, Mendes de Magalhães, que era um antigo republicano. Fui, com um colega, Guedes Pinheiro, na altura estudante de Medicina, à Faculdade de Ciências, e roubámos o busto, num domingo. Como aquilo era muito pesado, tivemos que apanhar um táxi, até à sede da Associação Académica. Deixámos lá o busto, como represália pela participação daquele republicano no governo infame da ditadura...

Participou nos levantamentos contra a ditadura, o chamado “revirvalho”, até 1932. O que forçou então o seu exílio?

O meu exílio foi forçado pela minha evasão da prisão do Aljube. Depois de terminado o curso, ocupei uma vaga para assistente de Matemática, de onde fui expulso por razões políticas. Exilei-me em Espanha, que tinha um governo republicano. De lá, pensávamos organizar, em conjunto com um grupo muito numeroso de exilados portugueses, uma revolta contra a ditadura. Pensava então que a ditadura portuguesa iria durar alguns anos. Mas nunca imaginei que fosse forçado a ficar exilado quarenta e dois anos...



Finais da década de 20

crise académica de 1962

O DIREITO A SER ESTUDANTE, COLECTIVAMENTE

EM 1962, O DIA DO ESTUDANTE FOI TOMADO À LETRA. As comemorações eram autorizadas pelo mesmo decreto que apertava os limites da vida associativa dos estudantes. Aos protestos, o regime responde com violência e represálias - sobre estudantes e também sobre professores. Mas a vitória do regime seria apenas a de uma batalha.

À sombra de legislação desactualizada e não cumprida, o movimento associativo vem ganhando influência e autonomia. O poder procura regular-lhe os passos e mantê-lo no esquema corporativo do salazarismo: "as associações de estudantes destinam-se a funcionar no âmbito da escola" e nem a academia de Coimbra é excepção. O decreto-lei 40900, com que o Estado Novo procura regular a vida das associações de estudantes é já de 1956. O diploma abre um conflito entre estudantes e regime que culminará na "crise académica" de 1962. Por vir tarde, o célebre decreto encontra um caminho difícil. Escreveu depois Marcelo Caetano: "os elementos de esquerda deitaram-lhe a mão como a uma bóia de salvação. O atentado contra as AAEE era apregoado de boca

em boca, tratava-se de uma ofensa às prerrogativas académicas, morra a opressão, etc. etc".

O decreto terá uma vigência sempre ambígua, entre suspensões e debates parlamentares, mas para o governo isso não é grave; antes pelo contrário: nesse vazio legal, todas as arbitrariedades do ministério da educação (e das polícias às suas ordens) sobre o movimento estudantil se tornam legítimas.

Naqueles anos de 1956/57, a Juventude Universitária Católica - onde cresce a influência dos sectores progressistas - e o Movimento de Unidade Democrática (MUD), em que o Partido Comunista é já a principal força política, apostam no reforço da organização associativa e na ampliação dos debates entre estudantes. A candidatura presidencial de Humberto Delgado entusiasma o oposicionismo. Surge então a Reunião Inter-Associações (RIA), "informal" o suficiente para contornar a vigilância salazarista.

O TOQUE A REUNIR

Em Novembro de 1961, nos quarenta anos da "tomada da Bastilha" (invasão do Clube dos Lentes pelos estudantes de Coimbra, onde instalaram a sede da AAC), dirigentes estudantis de Lisboa, Porto e Coimbra





Lisboa, 1960. Vítor Wangorenza, dirigente da Juventude Universitária Católica, com José Sampaio, secretário-geral da Realidade 2010-Actualidade, frente ao Palácio da

encontram-se e discutem uma proposta de alternativa ao 40900. O objectivo é também criar um secretariado organizador do I Encontro Nacional de Estudantes (ENE) e um jornal comum às três academias.

Em Coimbra, é proibido o ENE, que se realiza apesar dos problemas com a polícia. Os estudantes apresentam as suas reivindicações: "urgente democratização do ensino; supressão de uma discriminação económica injusta, que atrofia a inteligência nacional; extensão do ensino universitário a todos os estudantes portugueses, independentemente de considerações de ordem política, religiosa, rática ou de qualquer outra espécie". A autonomia universitária é a ideia-chave do discurso estudantil, contra a transformação das instâncias universitárias em correias de transmissão do regime. Em resposta vem um processo disciplinar contra a AAC, ordenado ao reitor pelo governo...

Março é o mês em que rebenta a crise académica. A comemoração dos 50 anos da Universidade de Lisboa não tem lugar: todas as reuniões de estudantes estão proibidas. Cresce a agitação nas duas semanas até 24 de Março. O Dia do Estudante amanhece com a Cidade Universitária forrada a fardas da polícia de choque, devidamente ornamentadas com metralhadoras. O estádio universitário acolhe os estudantes na espera pelos resultados de negociações a que o ministro Lopes de Almeida falta. Marcelo Caetano, o reitor, tenta acalmá-

los, convidando-os para um jantar que ficou famoso: no restaurante do Campo Grande é a polícia quem espera os comensais.

A partir desse momento começam os avanços e recuos dos reitores e a repressão continua da polícia de choque. As acusações aos estudantes são permanentes e na imprensa só elas passam: é a acção de uma minoria de infiltrados com ligações ao "comunismo internacional" que leva uma maioria de ingénuos universitários a portar-se mal. O ministro percebe o que realmente está em curso e avisa que nunca permitirá a sindicalização dos estudantes nem à escala nacional nem com ligações internacionais. O que vale é o "corporativismo universitário, autêntico, de raiz e de destino genuinamente portugueses". Mas as associações cada vez mais poem em causa a sua vocação para a prestação de serviços e praxes, assumindo a defesa dos interesses dos estudantes como grupo.

Depois de levantado o luto académico em Lisboa e Coimbra - greve às aulas, frequências e exames - ele regressa com a proibição, pelo ministério, do Dia do Estudante que fora adiado para 8 de Abril. Marcelo Caetano, que já o autorizara como reitor em Lisboa, demite-se e é substituído por Gonçalves Rodrigues, um "duro" do regime. O conflito já entrô em

Os tempos em volta

1958/62

1958

Campanha presidencial do general Humberto Delgado. Afirmção da "corrente progressista" da JUC.

1959

"Revolta da Sé", em Março, organizada por Manuel Serras e apoiada por católicos progressistas.

Em Abril, o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, é impedido de entrar no país. É o resultado de uma carta escrita meses antes a Salazar.

1961

Janeiro

21 Assalto ao paquete Santa Maria, na ilha de Curaçao, por Henrique Galvão, então colaborador de Humberto Delgado.

1962

Janeiro

3 Discurso de Salazar na Assembleia Nacional sobre a "invasão e ocupação de Goa pela União Indiana".

Março

8 No Porto, a manifestação comemorativa do Dia Internacional da Mulher é reprimida pela polícia, o que causa vários feridos.

12 Iniciam-se as emissões em ondas curtas de Rádio Portugal Livre, o partir de Argel. Manter-se-ão por doze anos.

Abril

4 É aprovado o regulamento do Imposto para a Defesa e Valorização do Ultramar.

6 Adesão de Portugal ao Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneira e Comércio (GATT), em vigor desde 1948.

Silva Pais toma posse como director da PIDE.

JORGE SAMPAIO dirigia a Reunião Inter-Associações durante a crise de 1962. O associativismo estudantil pisava terreno novo. A partir do dia do estudante, a 24 de Março, o regime deixou de poder cumprir as suas próprias leis.

“FAZER DAS FRAQUEZAS FORÇAS”

Na crise de 1962 alguns professores tiveram um papel muito importante, que não se repetiria nas mobilizações estudantis seguintes. Como se processava essa solidariedade?

Em 1962, o grau de degradação da ditadura estava ainda relativamente longe do seu clímax. A guerra colonial encontrava-se no seu início e nem sequer era uma questão pacífica na sociedade portuguesa saber se os episódios de rebelião que começavam a manifestar-se em Angola poderiam ou não ser militarmente reprimidos e anulados (independentemente do posicionamento de cada um sobre o colonialismo).

Por outro lado, a inexistência de condições para conseguir uma greve significativa na Universidade - onde obviamente só uma minoria é que era politicamente activista - impunha alguma cautela táctica: podíamos decerto ir um pouco mais longe relativamente às bandeiras e métodos utilizados na crise estudantil significativa que imediatamente nos precedeu (1956), mas, sob pena de isolamento e fracasso, não podíamos ser maximalistas.

É, por isso, verdade (além de natural) que o envolvimento, desde a neutralidade simpatizante até à solidariedade incondicional para com os estudantes, tenha tido um leque de atitudes por parte de alguns professores. Não vou designá-los, porque fatalmente incorreiria nalgum esquecimento injusto. Mas valha por todos o mais indiscutível dos exemplos: o caso do Professor Lindley Cintra. Ele esteve connosco do princípio até ao fim. Ele não perdeu um plenário ou um comício. Ele estava entre nós quando a polícia de choque carregou e todos o recordamos ligeiramente cambaleante naquela sua postura de enorme dignidade, com a cara coberta pelo sangue que lhe escorria da cabeça aberta à bastonada. Ele foi um de nós, senão o melhor de nós.



A crise tem lugar num contexto histórico de grande hegemonia do Partido Comunista nos meios oposicionistas. Que tipo de referência era o PCP para os estudantes? E o progressismo católico?

Sem negar a sua afirmação da hegemonia do Partido Comunista, convém também relativizá-la um pouco. Não estávamos em meios operários ou camponeses. A sociologia da Universidade, marcadamente classista, traçava aí uma diferença importante. Mas concordo que em termos organizados o PCP alargado a algumas estruturas para “compagnons de route” (como as Juntas Patrióticas), era maioritário no quadro da esquerda activista.

Quanto aos chamados católicos progressistas, o seu crescente afastamento do regime já vinha de antes de 1962 e não parou de se acentuar e reforçar durante os anos seguintes. Creio, no entanto, que se pode situar em 1962 o princípio de uma colaboração mais explícita entre eles e uma esquerda não comunista, laica e inorgânica. A revista “O Tempo e o Modo” e a fundação do MAR (Movimento de Acção Revolucionária) são talvez os dois marcos mais salientes com que o pós-greve assinalou e consolidou essa tendência.

Num ambiente destes era preciso fazer das fraquezas forças. Partir de valores que até esta gente partilhava e ir avançando à medida que a adesão se afirmasse e que as circunstâncias o permitissem. Começámos por arvorar a bandeira institucional e consensual da autonomia universitária. Obrigámos um regime que dizia respeitá-la a violá-la flagrantemente até ao ponto de fazer a polícia invadir a Universidade. Mesmo para um conservador, isto era inaceitável. Por isso e em nome disso, o então reitor da Universidade de Lisboa, Marcelo Caetano, demitiu-se de uma forma claramente assumida como um protesto. Da formulação inicial "Luto estudantil" pudémos então encontrar condições para passar a falar em "greve estudantil". As classes dominantes tremeram nas suas convicções, porque afinal eram os seus filhos que estavam a ser espancados ou expulsos ou, no mínimo, em vias de perder o ano.

Uma estratégia realista não é um "legalismo".

A brutalidade da repressão policial é uma das principais características da crise de 1962. Ela gerou uma certa cultura libertária ou apenas consolidou uma antipatia geral em relação às forças policiais?

Uma greve com a dimensão da de 1962 carece obviamente de um grande apoio de massas. Mas a sua condução não pode deixar de estar confiada a uma vanguarda cujo nível cultural, em maior ou menor grau, é um dado adquirido. Por outro lado, a brutalidade da repressão policial era conhecida da sociedade portuguesa e não foi privativa da greve de 1962. Não creio, por isso, que, por si só, esse factor tenha gerado uma cultura libertária ou outra. Ajudou, sim, ao êxito crescente da greve (lição em que a história sempre se repete e que os ditadores em regra não aprendem). O mais que, em rigor, se pode dizer é que a crise em si mesma foi um factor decisivo para a politização dos estudantes (e não só).

O discurso dos estudantes em 1962 era completamente legalista. O facto de não se porem em causa as estruturas do regime não é paradoxal (dada a pertença de muitos dirigentes estudantis a organizações clandestinas - como o PCP ou, no seu caso, o Movimento de Acção Revolucionária)?

Não concordo com a expressão "completamente legalista" e também não vejo o mencionado paradoxo. Como já disse, a Universidade era, naquela época, essencialmente classista. A tradição da maioria dos estudantes - apenas pontuada por excepções como 1956 - era de conformismo político. Os professores, numa regra com pouquíssimas excepções, eram reacçãoários, ou conservadores, ou conformistas, ou cúmplices, ou protagonistas do salazarismo.

Qual a principal lição que tirou da sua participação como dirigente estudantil na crise de 1962?

Tirei várias, muitas lições. Mas, se me pergunta pela principal, eu direi que para mim foi esta: nunca nos sentimos tão livres como a lutar pela liberdade.



Um regime e a sua universidade

"Depressa nos demos conta do significado da palavra obsoleto (...) Cedo aprendemos o obscurantismo como o factor de dominação das consciências. O programa de Filosofia Moderna parava em Kant, na História de Portugal insistia-se nos primórdios da nacionalidade e na época das descobertas. Um livro de Sartre deveria ser prudentemente forrado de papel, de preferência opaco, os "Fundamentos" de Pulitzer eram uma relíquia que poderia dar prisão, a "História da Inquisição Portuguesa" tinha sido apreendida à saída da tipografia (...) A primeira viagem espacial fôra efectuada por potência inimiga e falar em Gagarine ou em Sputnik era entendido como um perigoso sinal de desvio de comportamento. Sentados, por acaso, nos corredores, os jovens estudantes deveriam levantar-se à passagem de certos eminentes professores".

MARIA ANTÓNIA FIADÉIRO

"Crise Académica de 62: memória na primeira pessoa", Diário de Lisboa, 24/3/82

▶▶ curso entre os "liberais" pró-europeus e os "ultras" fiéis às oligarquias rurais e coloniais, vítima Marcelo. Anos depois, quando o capital industrial-financeiro tomar a mó-de-cima da economia da ditadura, o antigo reitor da universidade de Lisboa será o substituto de Salazar.

São agora muitos os professores que manifestam o seu descontentamento com as ingerências nos assuntos da universidade. Abertamente solidários com os estudantes estão desde a primeira hora alguns importantes docentes da academia lisboeta, como Lindley Cintra, Oliveira Marques e Veríssimo Serrão. Pagarão o preço: Cintra será hospitalizado na sequência de uma carga policial já em Maio, Marques e Serrão verão suspenso o concurso para professores extraordinários a que são candidatos.

Em Coimbra o luto académico continua, à medida que se agravam as pressões: é suspensa a direcção da AAC, alterados os seus estatutos para acabar com a Assembleia Magna e encerradas as suas instalações, tantas vezes ocupadas pelos estudantes como aquelas em que a bastonada os expulsa de novo. As comissões nomeadas não funcionam

de facto pois os estudantes boicotam as suas actividades e os dirigentes substitutos nomeados pelo reitor negam-se a assumir funções. A Queima das Fitas de 1962 é suspensa. O ministro anuncia as represálias - o regime de faltas é para cumprir, os sumários das aulas são para afixar, mesmo que estas não tenham sido dadas.

FOME NA CANTINA

A 10 de Maio, o Senado da Universidade de Lisboa discute a greve de fome de oitenta estudantes que desde o dia anterior decorre na cantina universitária e decide entregar a autoridade na escola ao ministério do Interior. Às quatro da manhã são as mais altas chefias policiais do país que comandam a invasão da cantina. Cerca de 1500 pessoas são presas. As noventa mulheres levadas para o governo civil recusam alimentos e à saída redigem um comunicado descrevendo minuciosamente a degradação em que se encontraram detidas. O texto marca um dado novo trazido pela crise académica de 1962: o debate da presença da mulher na vida pública e política. Em Coimbra acabava de se criar a Assembleia de universitárias e o conselho feminista da AAC.

A partir de meados de Maio já não é possível qualquer regresso à



Lisboa, 1962. Manifestação na Cidade Universitária.

"normalidade". Depois de adiar o Académica-Beira Mar, a que os de Coimbra planeavam faltar, o governo joga o mais alto trunfo repressivo, ilegalizando as associações de estudantes, a RIA, emitindo novas regras sobre a comparecência às aulas e apresentando o luto académico como um atentado à liberdade dos que queriam seguir o lema de Salazar: "o estudante, estuda".

Quando a PIDE rapta Eurico de Figueiredo, à porta do café onde se encontrava, este dirigente da pró-associação de Medicina passa a ser o centro da exigência da libertação dos presos. Com o decreto 44357, o Ministério da Educação tem plenos poderes na punição de estudantes. Sucedem-se os anúncios de expulsões da universidade e as prisões. O professor Vitorino Magalhães Godinho, que

se solidariza publicamente com os estudantes, é afastado sem direito a reforma.

Pela parte dos estudantes, a corda fôra já esticada ao máximo. Aproximavam-se as férias quando no Técnico se decide o levantamento do luto académico. O fascismo fecha, pela brutalidade, este ciclo do movimento estudantil. Mas essa mesma força empurra os estudantes a dar um passo de gigante definitivo: o associativismo passa a conhecer os limites do regime e assim se politiza. Para o sindicalismo estudantil, as reivindicações de liberdade de associação e autonomia universitária deixaram de ser suficientes: o Estado Novo fez um inimigo de que nunca mais se livrará.

Os tempos em volta

1 9 6 2

28 Manifestação em Ajustrel contra a prisão de quinze pessoas acusadas de actos subversivos. A luta é pela jornada de 8 horas no trabalho rural. A GNR mata duas pessoas e feriu muitas outras.

Maio

1 Em Lisboa, milhares fazem frente à polícia no dia do trabalhador. Estêvão Giro, militante comunista, é morto a tiro. Manifestações e greves por todo o país.

8 Milhares de pessoas comemoram nas ruas o aniversário da derrota do nazismo. Carga policial.

21 Lei atribui benefícios na frequência escolar a filhos de indivíduos falecidos, mutilados ou incapacitados ao serviço da Pátria.

Junho

25 É criada a Frente de Libertação de Moçambique (Frelim), presidida por Eduardo Mondlane.

Julho

23 Agostinho Neto evade-se de Lisboa, onde lhe tinha sido fixada residência.

Dezembro

4 Ao abandonar a pasta da Defesa Nacional, Oliveira Salazar proferiu o discurso "Defesa de Angola - defesa da Europa".

ISABEL DO CARMO estava no último ano quando a revolta estalou. Desde 59 que participava nas estruturas quase clandestinas

da pró-associação de Medicina e na secção cultural da RIA.

No estádio universitário, fez uma intervenção que ficou para a história: a primeira de uma mulher num plenário.



Foto: Mariana Viegas



"UMA RUPTURA DOS COMPORTAMENTOS"

Na crise de 62 alguns professores tiveram um papel importante que não se repetiria nas mobilizações seguintes. Como se processava essa solidariedade?

Naquele altura, estava-se num momento de viragem. Tinha começado a guerra colonial, embora não se falasse disso, nem durante a crise académica. Mas estava subjacente, pelo menos como ameaça. Por outro lado, tínhamos saído daquela terrível monotonia, ausência e medocridade, que foram os anos 50, quer a nível económico, quer no das relações com a Europa. O movimento estudantil expressou essas coisas.

Começou a estar presente um opção anti-fascista, sob as reivindicações académicas. Os estudantes organizaram-se e os professores ficaram sensibilizados. O próprio reitor Marcelo Caetano se demitiu. E ele vinha da organização ideológica do fascismo - a Mocidade Portuguesa. Na Faculdade de Medicina havia os que defendiam os estudantes, os que mostravam simpatia e os que se opunham.

Lembro-me de um professor de Patologia Geral, Fernando Nogueira, que tomou posição em relação à tortura, a tortura do sono e os transtornos que provocava. Este caso mostra como a história pode ser injusta: ele foi afastado depois do 25 de Abril, devido à controvérsia que levantavam os seus métodos pedagógicos (chumbava muitos estudantes). Tinha deixado de haver memória, entre 61 e 74... Não fomos nós que protagonizámos esse saneamento, nem sequer demos por ele.

A crise tem lugar num contexto histórico de hegemonia do PCP nos meios oposicionistas. Como militante do Partido Comunista, na época, que tipo de referência

acha que o partido era para os estudantes?

Nos anos que precederam 62, o PCP era a organização mais radical, que corporizava as posições mais generosas e o nosso desejo de transformar a sociedade. Era o partido que defendia a igualitarização, a justiça social. Desse ponto de vista atraía os jovens que tinham essas posições. Por outro lado era o único partido organizado, tudo o resto eram estruturas dispersas. Foram as pessoas do PCP que organizaram, pelo menos inicialmente, a luta dos estudantes. Isto não quer dizer que fosse o PCP a manobrar os acontecimentos. Em 62 houve muitas adesões de pessoas que não eram do PCP, e que chegaram a dirigir o movimento, como O Jorge Sampaio, o Vítor Wengorovious, e vários outros estudantes.

Também a participação das mulheres no movimento foi nova... Como foi a sua experiência pessoal?

É incrível, hoje, a trinta e tal anos de distância, que só uma mulher tenha falado nos plenários. Até parecia mentira. Calhou-me essa função... Sete anos depois, em Coimbra, as mulheres tiveram uma posição muito mais activa. É curioso que, para além de ter sido a primeira mulher a falar num plenário, eu era também defensora de posições muito radicais. Os sectores mais moderados ficaram cheios de medo. Perguntaram-me, quando pedi a palavra, "o que é que vais dizer?".

Noutros locais, como Letras, onde a presença das mulheres era mais forte, havia muito maior participação. Nos convívios que organizávamos havia muitas mulheres na organização, o que aliás era muito criticado pelos defensores da moral e dos bons costumes... Andar com os rapazes, sair à noite, essas coisas...

COIMBRA, 1969

Lutar para ganhar

"ONDE SE FALA DO PATERNALISMO COMO EXPRESSÃO do autoritarismo - saudações à contestação que lhe é feita pela autêntica universidade", José Cardoso Pires envia em 1969 a sua solidariedade ao movimento estudantil. Numa dedicatória à Académica de Coimbra, em "Cartilha do Marialva", o escritor dá-se conta das diferentes perspectivas em confronto. A "universidade nova" dos estudantes e a agressividade do velho regime.

É no rescaldo da repressão de 1965 – encerramento da AAC, prisão dos dirigentes eleitos e nomeação governamental de Comissões Administrativas – que se vão formar os principais dirigentes estudantis de Coimbra, em 69. O Governo, que desde sempre encarara a contestação estudantil como resolúvel através da decapitação das suas estruturas, decide encerrar a Associação Académica na altura mais favorável: fraca ligação dos dirigentes à realidade académica, num período de radicalização política mas sem suporte reivindicativo na academia. Ao regime responderam os estudantes com pequenas manifestações. O Governo ganha.

Na reorganização da resistência estudantil antevê-se o debate académico nos anos seguintes. Em Coimbra estão presentes as várias correntes que cerrarão fileiras contra o regime nas lutas que se preparam. Entre si concorrem na disputa pelo espaço privilegiado da acção associativa.

Estão em Coimbra alguns activistas expulsos da universidade lisboeta depois

de 1962. Vêm com indicações claras quanto à forma de agir no movimento, ou seja, preparados para as diferenças coimbrãs. A das praxes, do associativismo tradicionalista (dos coros ao Conselho de Repúblicas), da vida "bairrista" proporcionada pela pequena cidade dominada pela secular universidade.

Organizados na estrutura clandestina do PCP, um grupo constitui-se na defesa das orientações clássicas para a luta dos estudantes - redução do carácter das lutas e forte crítica à tradição. Os "Contestas", outra linha estudantil, englobam activistas em divergência com o PCP. Influenciados pela cisão trotskista, defendem a linha "todo o poder aos cursos", que se desenvolverá com mais força e importância em Lisboa.

Do interior das estruturas tradicionais, com o Conselho de Repúblicas na dianteira, outro grupo demarca-se da linha anti-tradicionista do PCP. Divergência

Os tempos
em volta
1965/67

1965

Fevereiro

11 Humberto Delgado entra em Espanha, com passaporte falso. É visto pela última vez, em Badajoz, no dia 13. O cadáver será encontrado em Abril.

19 A Ordem dos Advogados transmite ao ministro da Justiça um relatório de denúncia das "ilegalidades inconstitucionais" da PIDE e da Polícia Judiciária.

Julho

25 O candidato único "da Nação e da União Nacional", Américo Tomás, é eleito para mais um mandato de sete anos na Presidência da República.

Agosto

Uma delegação da ONU confirma a existência de regiões libertadas na Guiné. O governo português desmente a existência daquelas áreas.

Setembro

O VI Congresso do PCP, o quarto ilegal deste partido, realiza-se em território soviético.

1966

Fevereiro

Tem lugar o I Encontro dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro, em Bruxelas.

Março

É fundada a UNITA, em Angola.

Julho

19 É estabelecido o pagamento de portagem na ponte sobre o Tejo. A ponte será inaugurada a 6 de Agosto.

Novembro

12 - É revista a legislação orgânica da Mocidade Portuguesa, criada em 1936.

1967

Fevereiro

22 É criada a Área Ibero-Atlântica da NATO, com sede em Portugal.

estratégica, mas também ideológica: desde finais da década de 50 que o PCP já não é a única opção para o combate organizado contra o regime. Dizem-se "comunistas críticos" ou "socialistas". Invocam a invasão da Checoslováquia pelos tanques soviéticos, em 1958, o XXº Congresso do Partido Comunista da URSS, Che Guevara, as críticas ao estalinismo, os crimes então conhecidos.

Coimbra em luto. FOTO: ARQUIVO DEBRO DE LISBOA



POLITIZAÇÕES

O termo "normalização", que até 1966 tinha sido gasto pelo regime ditatorial, passa para a boca dos estudantes. A "pacificação" da universidade, por via da repressão sobre o movimento associativo, a partir de agora significa, não somente, a reposição da "legalidade" das realizações estudantis. Contra a intimidação vem a reorganização através do possível.

O quotidiano não deixa espaço para dúvidas: assaltos nocturnos às instalações associativas, processos disciplinares, expulsões, prisões, cargas policiais. Os anos de 66, 67 e 68 decorrem sob esta rotina. É hora de debater. Com o alastrar da guerra colonial, a oposição estudantil é inevitável. No entanto,

não ultrapassa Lisboa e, para contornar a repressão, aparece camuflada em outros protestos – nomeadamente as manifestações contra a intervenção dos Estados Unidos no Vietname. Mas a guerra colonial portuguesa está longe de ser um tópico lateral na vida associativa. As comissões de serviço militar são de 4 anos e o próprio espectro da incorporação é uma ameaça às expectativas de vida dos universitários.

A participação estudantil no auxílio às vítimas das cheias da região de Lisboa, em Novembro de 1967, altera o quadro em que se desenvolve a luta. A imprensa, alvo da censura do regime, pode transmitir algumas notícias sobre o envolvimento do movimento associativo no socorro às vítimas da intempérie, quando até então se via forçada a difundir os comunicados ofensivos que o governo dedicava aos estudantes em luta. Mas para além do contacto com a periferia de Lisboa, marcada pela pobreza, há uma nova dinâmica de funcionamento.

A VERTIGEM DE COIMBRA

O trabalho associativo em Coimbra está centrado na actividade dos núcleos da AAC. É a resistência às Comissões Administrativas (CA) pró-governamentais, em que colaboraram figuras da direita estudantil como José Miguel Júdice e Francisco Lucas Pires. A actividade cultural é a prioridade, tendo em vista a exclusiva vocação desportiva das CA.

É através do Conselho de Repúblicas, que se constituirá uma Comissão Pró Eleições (CPE), em início de 1968. Com a comissão está a maioria dos núcleos autónomos da AAC, com excepção do Orfeão, bastião dos apolantes do regime. Paulatinamente, o cerco às autoridades académicas vai-se apertando. Finalmente as eleições são autorizadas.

Futebol e política: uma história edificante

No dia 22 de Junho de 69, data da final da Taça, mantinha-se o "luto académico" decretado pela AAC e respeitado pelos jogadores da equipa principal. O regime tremia ao pensar numa possível manifestação na final, a que assistiriam não só os mais altos dirigentes da ditadura, mas o país inteiro, pela televisão. Fazem-se "contactos informais" com dirigentes estudantis para "negociar" a calma. Sempre rejeitando a "oferta", os estudantes preparam a final. São impressos 35 mil panfletos. O estádio do Jamor enche-se de manifestantes contra a ditadura. A Académica ganhava ao intervalo, mas o astro benfiquista, Eusébio, com dois golos, acabou por tirar a vitória aos estudantes. No final do jogo multiplicam-se os gestos de solidariedade: até os adeptos benfiquistas se mostraram contrariados pelo resultado.

Os tempos em volta

1967/68



Coimbra, 1969. Seis mil estudantes decretam greve aos exames. ARQUIVO DIÁRIO DE LISBOA

Aproveitando a mobilização alcançada pela CPE e a vitória anunciada da marcação de eleições, realiza-se mais uma comemoração da Tomada da Bastilha, em Novembro. Da reunião nacional que então se realiza, sai um comunicado conjunto e um relançamento da luta estudantil.

As eleições decorrem em Fevereiro de 69, com uma percentagem de afluência às urnas próxima dos 90%. A lista oriunda do Conselho de Repúblicas obteve 75% dos votos, enquanto que a lista afecta ao regime, "Movimento de Renovação e Reforma", não ultrapassou os 21%. Em Março chega à direcção eleita o convite da Presidência da República, para participar na cerimónia de inauguração do edifício de Matemáticas. A DG aceita e pede o uso da palavra no decorrer da cerimónia.

Como tinha sido combinado, Alberto Martins dirige o pedido da palavra a Américo Tomás. Um ruidoso aplauso surge de toda a parte onde estão estudantes. A mesa, composta pelos ministros, presidente e reitor da UC, levanta-se. Tomás responde, gesticulando: "Bem... bem... mas agora

fala o senhor ministro das Obras Públicas". Depois deste, falou o ministro da Educação, Hermano Saraiva, e, acto contínuo, o Presidente da República levanta-se, dando por terminada a inauguração. A delegação oficial sai do anfiteatro, atrás dos agentes da PIDE, sob as vaias dos manifestantes: "fantoques", "palhaços".

Às duas horas da madrugada, quando sai das instalações da AAC, Alberto Martins é preso. Um grupo de estudantes dirige-se para a porta da PIDE onde se verificam confrontos. Agredidos pela Polícia de Choque, com cães e metralhadoras, cinco estudantes são feridos. Alberto Martins é libertado no dia seguinte, mas está dado o sinal de que o futuro será muito complicado, tanto para os dirigentes associativos, como para o regime.

POR UMA UNIVERSIDADE NOVA

As reivindicações passaram a incluir o âmbito pedagógico e a gestão da escola por estudantes e

Maio

17 Assalto ao Banco de Portugal da Figueira da Foz. São apreendidos cerca de 30 mil contos. Em Paris, Emídio Guerreiro, José Augusto Seabra e Fernando Echevarria, exilados, criam a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), que reivindica posteriormente a "operação".

Agosto

Francisca Maria, operária corticeira, é assassinada pela PIDE.

Setembro

22 É exonerado, a seu pedido, do cargo de ministro da Justiça, Antunes Varela, na sequência do escândalo "ballets-rose". O ministro teria pretendido aprofundar a investigação sobre o envolvimento de altos dirigentes.

Novembro

25 Creias causam 427 mortos na região de Lisboa

1968

Janeiro

Manifestação de estudantes, no Porto, contra a guerra no Vietname.

Março

Greve de cinco mil pescadores de Matosinhos.

Maio

António de Spínola é nomeado Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

Agosto

19 José Hermano Saraiva é nomeado ministro da Educação. Para o Interior, Gonçalves Rapazote.

Setembro

7 Salazar é operado e um hematoma craniano na sequência de uma queda durante as férias. No dia 27, após quarenta anos de governo, Salazar é exonerado e Marcelo Caetano é nomeado Presidente do Conselho.

EU CÁ
GOSTEI
DO
DISCURSO!



Ironia estudantil sobre o discurso do ministro José Hermano Saraiva na televisão.

professores. Mas o clima não propicia grandes mobilizações. A direcção da AAC não está disposta a ceder ao ímpeto da confrontação permanente com as autoridades. Por estranho que pareça, foram as autoridades a despoletar o acontecimento: primeiro com a suspensão dos principais dirigentes associativos: sucedem-se as assembleias estudantis e é decretado o "luto académico". Para piorar a situação, José Hermano Saraiva, que transitara do governo de Salazar para o de Caetano, apresenta na TV a solução para o problema de Coimbra: "A ordem vai ser estabelecida" - a universidade foi sitiada pela polícia e as aulas encerradas pelo ministério. Os estudantes resolvem suspender a Queima das Fitas. As assembleias estudantis sucedem-se e 6 mil estudantes decretam a greve aos exames. De pouco adianta ao ministro Hermano Saraiva a proibição das reuniões - elas acontecem onde quer que seja, mesmo sob a atenção da PIDE.

O boicote aos exames é massivo. A dinâmica de vitória da luta de Coimbra atrai já a atenção da imprensa internacional. Em Portugal a imprensa limita-se aos comunicados oficiais de Hermano Saraiva, enquanto os jornais mais

ousados recorrem às metáforas... Um abaixo-assinado de 48 jornalistas portugueses lamenta que a censura impeça a divulgação dos acontecimentos de Coimbra.

A greve encara de frente a faceta mais repressiva do regime, contrariando a ideia difundida de uma "Primavera marcelista". Sucedem-se os confrontos de rua com a GNR, nos quais são espancados estudantes e transeuntes. São feitas prisões em massa, ao abrigo do crime de "sedição". Estava para chegar o prato forte da contestação. Nesse ano, a secção de futebol da AAC chega à final da Taça de Portugal (v. caixa).

A direita do regime, com os militares à cabeça, resolve exigir eficácia. Circula um abaixo-assinado que pugna por "medidas imediatas de reforço da autoridade". Estão presos por "sedição" mais de cinquenta estudantes, enquanto outros, em igual número, respondem em processos disciplinares. Durante as férias, a AAC é encerrada pelo governo e os seus dirigentes ainda em liberdade são presos. Libertados no final do mês, os associativos acabarão por ser incorporados compulsivamente nas forças armadas. Na partida do comboio que os levará ao quartel, uma grande manifestação entoava palavras de ordem contra a guerra colonial. A polícia de choque, mais uma vez, tratará de repor a "normalidade".

Coimbra, 1969. Estudantes e regime medem forças. ARQUIVO DIÁRIO DE LISBOA.



CELSO CRUZEIRO, estudante de direito e "repúblico", fez parte da direcção da Académica de Coimbra no ano de 69, responsável pelas actividades culturais. No vigésimo aniversário da crise, publicou um livro onde faz o balanço desses anos de intensa actividade política, na oposição a Salazar e Caetano.



Os tempos em volta

1968/74

1968

Setembro

O PCP apoia a invasão de Praga pelas forças soviéticas, ocorrida em Agosto. A tentativa de democratização do regime checoslovaco, a célebre "Primavera de Praga", era liderada pelo partido comunista, cujo secretário-geral, Alexander Dubcek, será detido e passará a desempenhar as funções de guarda-florestal. O PCP foi o único partido comunista europeu a defender a União Soviética.

1969

Janeiro

8 Primeira "conversa em família" de Marcelo Caetano, via TV.

Setembro

6 Em entrevista ao jornal francês "L'Aurore", Salazar demonstra desconhecimento que já não é Presidente do Conselho. Fala dos "tidos a despacho" de vários ministros e lamenta que Marcelo Caetano se recuse a entrar para o governo. A censura impede a divulgação desta entrevista em Portugal.

Novembro

24 O Decreto Lei 49 401 extingue a PIDE e cria, para o seu lugar, a Direcção Geral de Segurança (DGS). O quadro da polícia política inclui 3 207 funcionários. Dentro do mesmo espírito de "mudança", a União Nacional, partido único, é substituída pela Acção Nacional Popular, em Fevereiro de 70.

1970

Abril

O governo português é condenado, numa declaração da Organização Internacional do Trabalho, OIT, pela violação de direitos sindicais. No ano anterior havia sido condenada, pelo Conselho de Segurança da ONU, a política colonial.

Maior

1 Carga policial impede comemorações do 1.º de Maio. São feitas várias prisões.

"QUERÍAMOS VER O QUE ESTAVA NA GAVETA"

Depois de um longo interregno, sem eleições para a Académica de Coimbra, a direcção eleita em 1969, afecta ao Conselho de Repúblicas foi uma novidade. O que trazia de novo?

A principal novidade foi não haver um enquadramento político-organico. A lista surge dos organismos tradicionais mas, do ponto de vista político e ideológico, representa uma conjugação de várias correntes políticas. umas mais amadurecidas, outras mais embrionárias. O que as uniu foi uma rejeição do capitalismo, autoritário ou não, bem como a rejeição dos sistemas autoritários do Leste europeu, que se apelidavam de "socialistas". Isso foi uma novidade, para a época. O ponto fundamental de referência é a invasão da Checoslováquia, pelas forças soviéticas. A partir de 68, alguns elementos mais próximos das perspectivas comunistas tradicionais descolaram. A invasão de Praga teve repercussões muito grandes, em todo o mundo. Havia também, já na altura, uma corrente socialista radical, dentro dos quadros do marxismo, inspirada na "nova esquerda" europeia.

Como proposta política inovadora, para a AAC, apresentavam uma ideia de sindicalismo estudantil...

Não era uma grande novidade à escala europeia porque no Maio de 68, em França, essa questão foi muito debatida na UNEF (União Nacional dos Estudantes Franceses). Até 69, a luta estudantil em Portugal era, umas vezes mais, outras menos, um destacamento de vanguarda das necessidades, palavras de ordem e metas imediatas do movimento de oposição. Ali, como se sabe, o Partido Comunista era a força maior. As estratégias da luta estudantil em Portugal tinham uma autonomia limitada. Era uma luta subsidiária das preocupações das forças políticas. Nós tentamos definir uma estratégia autónoma. Daí o sindicalismo. Para criar uma base de apoio, contra o regime, havia que conceber a associação como defensora dos interesses dos estudantes. E que fosse reconhecida como tal pelos estudantes, entendidos como trabalhadores intelectuais na Universidade.

O carácter revolucionário e transformador estava, nessa linha, no facto de que, embora a trabalhar num sector que não extravazava para uma politização fora do seu âmbito. Lutávamos por reformas que nem o regime, nem sequer o sistema capitalista, eram capazes de suportar. O nosso programa definia uma universidade que era a rejeição da velha universidade fascista, mas também rejeitava a reforma tecnocrática que estava na forja e que veio depois a ser implementada pelo ministro da Educação Veiga Simão, no período final da ditadura.

Surgiu um discurso, novo até então, sobre a sexualidade entre os jovens. O ano de 69, em Portugal, marca a agudização do conflito entre a prática dos jovens e o discurso moral dominante?

Sim. Tinha havido, nos finais da década de cinquenta, inícios de sessenta, um grande debate sobre essa questão, a propósito da célebre "Carta a uma jovem portuguesa" do Marinho de Campos. Era uma coisa perfeitamente inocente, falava da aproximação entre os jovens colegas, entre homens e mulheres. Tinha um apelo simbólico: "mulher salta o muro". Isso deu uma campanha nacional tremenda. Quando entrei em Coimbra

a divisão entre os sexos era total: as mulheres viviam nos lares; a sexualidade era um tabu completo. Nas Repúblicas falava-se muito, ainda, sobre a virgindade antes do casamento. Assisti, em seis anos, à pulverização dessa questão. A prática quotidiana, de 62 em diante, já aproximava muito os jovens. Mas a "revolução sexual" surge no fim da década.

Também no plano da cultura, quisemos "dar uma injeção" de tudo o que estava na gaveta. Queríamos ver o cinema italiano, a literatura neo-realista, que trazia o conflito social para o palco das letras.

Nesse contexto político e cultural, Coimbra apresentava alguns pontos singulares. As instituições "tradicionais" da academia, da praxe à música, foi aproveitado para a contestação.

Coimbra era uma cidade *mi-generis*, com o enorme peso da universidade. Num país pequeno, adquiriu uma mitologia: saíam de lá as grandes figuras – do Salazar ao Cerejeira. Os debates culturais não eram muito diferentes dos de Lisboa. A nossa especificidade foi a utilização de instrumentos locais no movimento estudantil. Agarrámos a praxe e a música, elementos meramente lúdicos e típicos dessa existência juvenil coimbrã, e trouxémo-los para a luta, com um conteúdo novo.

Coimbra, 17 Abril 1969. Celso Cruzreiro comunica os desenvolvimentos da inauguração do pavilhão de Matemáticas. ARQUIVO DIÁRIO DE LISBOA



ÚLTIMOS ANOS DA DITADURA

Empurrar uma porta pesada

Os efeitos da crise não terminaram em Setembro, com a incorporação dos dirigentes associativos de Coimbra. Mesmo com a AAC fechada e com a mobilização de largos efectivos policiais, a marca dos acontecimentos está bastante presente. Realizam-se manifestações que exigem o regresso dos milicianos forçados. A academia está mais unida do que nunca.

A primeira baixa no regime é José Hermano Saraiva. O ministro que conduziu a repressão contra os estudantes cai em Dezembro de 69. Para o seu lugar entra Veiga Simão, próximo da tendência tecnocrática, e, com ele, a "reforma" universitária que a oligarquia financeira e industrial reclamava: maior adequação das matérias às necessidades do sector produtivo e a submissão da produção intelectual a critérios de rentabilidade. Para melhor expressar as suas intenções, Veiga Simão afirma que a sua reforma "não constitui um problema do mundo capitalista ou das concepções marxistas, mas um problema da mais forte aquidade que deve ser tratado de forma científica". Desideologizar é a forma encontrada para tentar desarmar a crítica estudantil. Mas os estudantes já não acreditam em reformas neutras.

Mudanças também na hierarquia universitária. Para Reitor de Coimbra entra Gouveia Monteiro, que exige o regresso à universidade dos estudantes castigados. A forma encontrada para resolver a situação é promover uma reunião de um grupo de professores, próximos das posições estudantis (entre os quais se destacam o próprio Reitor

e o conhecido catedrático de Letras, Paulo Quintela, símbolo da solidariedade de alguns professores), e o presidente Américo Tomás, o principal "ofendido" nos acontecimentos da inauguração do edifício de Matemáticas. Os estudantes regressam, sob a propaganda triunfalista do regime, apresentados pela imprensa como "arrepentidos". Só a ultra-direita reage intempestivamente. Não era a única experiência desagradável que iam enfrentar no seu regresso: a Universidade mudou e a contestação massiva, em meio ano, esfumara-se.

LISBOA A FERRO E FOGO

A unidade estudantil já não é mais do que uma recordação. A direcção do movimento de Coimbra é vista, pelos seus congéneres de Lisboa, como derrotada e nas principais associações de Lisboa, como o Técnico e Económicas, dominam pequenos grupos da extrema-esquerda que então se organiza, com predominância de maoístas e afectos ao MRPP. As linhas da

Os tempos
em volta
1970/72

Julho

1 O Papa Paulo VI recebe delegações dos movimentos africanos de libertação (NPLA, FRELIMO e PAIGC). O governo português protesta.

Julho

27 Morte Salazar. É decretado feriado e luto nacional.

1971

Março

6 O PCP completa 50 anos. Em Abril, a revista "Seara Nova" terá a mesma idade.

Junho

1 José Pedro Soares, militante do PCP, é preso. Estará dois meses e meio em isolamento e será submetido à tortura do sono durante 21 dias e noites.

Dezembro

É assinado em Bruxelas o acordo entre Portugal e os Estados Unidos de cedência da base das Lajes, nos Açores.

Inicia-se a publicação do jornal Política, de extrema-direita, dirigido por Jaime Nogueira Pinto. Surge também a editora Cidadela, da mesma área política, dirigida por Cavaleiro Brandão, Lucas Pires e José Miguel João.

1972

Março

Três jornalistas são condenados por "delito de opinião": Fernando Rosas, Antão Lopes Sabino e Sebastião Lima Rego.

Junho

A Direcção Geral de Informação proibe a publicação da referência à censura nos textos publicados por órgãos informativos. A censura passa a chamar-se "exame prévio".

Setembro

É encerrada a Associação Académica de Moçambique devido a "actividades irregulares".



Lisboa, 1971. No Instituto Superior Técnico, estudantes levam à cena o tema da repressão.

fractura estudantil fazem subir de tom o programa e a acção da revolta. A confrontação com o regime é aberta e permanente.

Os passos tímidos da reforma do novo ministro encontravam a sua principal oposição na esquerda estudantil. Feitas as leituras do Maio de 68, é claro para os estudantes que o novo modelo de universidade em curso, mais não é do que a tentativa de implicar a escola no projecto de desenvolvimento do capitalismo português. A resistência entrava a aplicação da reforma e o regime volta aos velhos métodos.

As faculdades são agora espaços de uma intervenção de novo tipo. Tornam-se diários os debates sobre a guerra colonial, a discussão pedagógica, o questionamento da relação entre alunos e professores, o controlo pedagógico pelos estudantes. Para esses debates, muitas vezes durante as próprias aulas, são chamados professores e a população trabalhadora. Questiona-se o papel da universidade e o privilégio da condição estudantil, mas também a falta de saídas profissionais e a situação da juventude. No Técnico, a sala de convívio das mulheres é invadida, reclama-se em grandes cartazes uma "revolução sexual".

OS GORILAS DA REFORMA

Ironicamente, o maior aliado do ministro reformista da Educação passa a ser o seu congénere do Interior, Gonçalves Rapazote, um "ultra" do regime. Para acelerar a implementação das medidas para a universidade, o governo cria os "vigilantes" - "gorilas", na gíria estudantil -, um corpo para-militar



que ocupa as principais faculdades lisboetas. Em primeiro lugar, as mais importantes para o sector produtivo: Técnico e Económicas. Mas também onde quer que se manifeste a oposição, como as greves que, a um ritmo mensal, preenchem o quotidiano universitário.

Várias AAEE são encerradas, os seus dirigentes presos. O director da faculdade de Direito, Soares Martinez, recorre com frequência aos vigilantes bem como às cargas da polícia de choque. Em Janeiro de 71, à saída de um plenário, os estudantes sofrem nova carga, com cães e metralhadoras, e barricam-se na cantina da Cidade Universitária. A cantina é invadida pela polícia, são feridos trinta estudantes, entre os quais uma grávida, que aborta. Pouco tempo depois, o Técnico é encerrado por ordem do director, Fraústo da Silva. Em Coimbra, por solidariedade, os estudantes entram em greve. Em Fevereiro de 71, a AAC volta a ser encerrada.

Esta é a fase mais dura da contestação estudantil. Em Maio de 72 são poucas as AAEE em funcionamento. Succedem-se os ataques às reuniões estudantis, muitos estudantes são presos e torturados, sobretudo em Caxias. Esta vaga de repressão tem como corolário o assassinato, em 12 de Outubro, do estudante de Direito José Ribeiro Santos. Durante uma reunião sobre a guerra colonial, em Económicas, um agente da PIDE dispara sobre Ribeiro

Santos. No dia do funeral, comparecem cerca de 5 mil pessoas. A polícia de choque rouba o caixão. Aos gritos de "assassinos" responde a polícia com mais uma carga, prendendo trinta pessoas. É decretada uma greve geral da academia lisboeta.

O regime endurece ainda mais a sua acção: institui multas pela distribuição de imprensa estudantil (3 mil escudos) e legaliza os "gorilas", ao fim de dois anos de prática, através do decreto-lei 18/73. Até finais de 73, a repressão aumenta desproporcionalmente. As cargas da polícia de choque passam a incluir disparos frequentes e a tortura nas prisões aumenta. Estão presos todos os principais dirigentes associativos do ensino superior de Lisboa.

O movimento está vencido nas universidades. Agora o centro da

radicalidade desenvolve-se do lado das organizações clandestinas, principalmente através do PCP e dos pequenos partidos de inspiração marxista. Mas a derrota é mais visível do lado da ditadura. Em Fevereiro de 74, discursando no congresso da Acção Nacional Popular (antiga União Nacional), partido único, Marcelo Caetano atribui a culpa pelo estado das coisas em Portugal aos "privilegiados". Entre eles estão, como não podia deixar de ser, os estudantes. Dois meses depois, a ditadura portuguesa, velha de quarenta e oito anos, será derrubada. Entre as multidões que na rua conhecem a liberdade estão os resistentes das várias lutas estudantis que abalaram o regime.

O movimento estudantil é o verdadeiro motor das reformas

JOSE MARIANO GAGO, dirigente associativo do Instituto Superior Técnico na viragem da década de 60 para 70 representa a mudança de postura do movimento estudantil num período marcado pelo Maio de 68 e pela guerra colonial.

Segue-se um curto excerto de uma entrevista recente à *Vida Mundial*.

Mudar a universidade era o território de acção concreta. Muito mais interessante do que o trabalho de renovação dos cursos e da organização escolar era, na altura, a abertura do movimento ao exterior. Foi o lançamento dos jornais de parede com notícias dos movimentos grevistas nas associações de estudantes. No fundo, a criação de espaços de liberdade e afirmação, num país onde elas não existiam. Foi também o combate dentro do movimento associativo de Lisboa para que ele, explicitamente, assumisse posições contra a Guerra Colonial. Também a internacionalização e as mudanças de valores e de sociedade: a afirmação das mulheres pela liberdade sexual, pela liberdade de expressão. São esses os momentos que atravessam a minha memória com mais força. (...)

Eu não acho que na altura pensasse que a universidade não era reformável... Mais ainda quando penso no tempo que despendi a tentar reformá-la. Estive no Conselho Consultivo da Universidade Técnica de Lisboa a reformar, de facto, a Universidade. Despendi muitas horas do meu tempo a ajudar na reforma dos cursos do IST. Não pode haver manifestação mais prática da convicção na capacidade de reforma, para um líder de um movimento estudantil radical... Julgo que a tese que defendia na altura era que a instituição universitária não era reformável sem o movimento estudantil. O movimento estudantil é o verdadeiro motor das reformas universitárias.

Os tempos em volta 1972/74

Dezembro

16 Massacre de Wiriyamu, em Moçambique. Comandos portugueses assassinam 400 civis moçambicanos, incluindo crianças.

30 Ocupação da Capela do Rato, para comemorar o Dia Mundial da Paz e tomar posição contra a guerra colonial. São presas cerca de 70 pessoas.

1973

Janeiro

6 Primeiro número do "Expresso". A censura proíbe 9 textos e tortou outros trinta, entre os quais uma entrevista ao ciclista Joaquim Agostinho.

Dezembro

1 Reunião de Óbidos do Movimento dos Capitães. É discutida a possibilidade de um golpe de Estado.

1974

Fevereiro

14 O padre Mário de Oliveira é julgado e condenado a um mês de prisão. Os seus direitos políticos são suspensos por três anos.

Março

14 "Brigada do Reumático": grupo de generais assegura a sua solidariedade a Marcelo Caetano, face aos rumores de conspiração entre militares.

16 Levantamento militar nas Caldas da Rainha. São detidos 33 oficiais das Forças Armadas.

Abril

24 A Conferência Episcopal está reunida em Fátima.

25 Uma das mais velhas ditaduras do mundo é derrubada. A senha para o início das operações militares é "Grândola, vila morena" de José Afonso.



Lisboa, 25 de Abril de 1974.



- ANIBAL, Anselmo - "A Propósito do 24 de Março de há 20 anos", Diário de Lisboa, 25 de Março de 1982.
- BANDEIRA, José Gomes - "A Luta dos Estudantes Apontava no Sentido do Socialismo", Diário de Lisboa, 16 de Abril de 1977
- CAIADO, Nuno - *Movimentos Estudantis Em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, 1990, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- CRUZEIRO, Celso - *Coimbra, 1969*, Porto, 1989, Ed. Afrontamento.
- DUARTE, Marta Benamor - "A Crise de 1962: Direito à Autonomia Associativa", pp 50/61, revista História, nº4/5, Julho/Agosto de 1998, Lisboa.
- FARIA, Cristina - "Lutas Estudantis de 1927 a 1931: A Contestação à Ditadura Militar", pp. 38/49, revista História, nº4/5, Julho/Agosto de 1998, Lisboa.
- FERRO, João Pedro - *A Primavera que Abalou o Regime - A crise académica de 1962*, Lisboa, 1996, Editorial Presença.
- FIADREIRO, Maria Antónia - "Crise Académica de 62: Memória na Primeira Pessoa", Diário de Lisboa, 24 de Março de 1982
- TORGAL, Luís Reis - "A universidade entre o dinamismo e o estrangulamento cultural", in *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, 1989.
- MORAIS, João; VIOLANTE, Luís - *Contribuição Para Uma Cronologia Dos Factos Económicos e Sociais - Portugal 1926-1985*, Lisboa, 1986, Livros Horizonte
- PIMENTA, Fernando e outros - *Notas para uma cronologia do movimento estudantil 1970/1974*, edição policopiada
- PONTAS, Miguel; PENA, Paulo - "A revolução e a reforma" (entrevista a José Mariano Gago) *Vida Mundial*, Maio 1998
- SANTOS, Boaventura S.; CRUZEIRO, Maria M.; COIMBRA, Maria N. - *O Pulsar da Revolução*, Coimbra, 1997, Ed. Afrontamento e Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.
- VEIGAS, A. Encarnação - *Emídio Guerreiro: Uma Vida Pela Liberdade*, Lisboa, 1998, Editorial Notícias.

ficha técnica

ORGANIZAÇÃO: Associação Académica de Coimbra, Associação d@s Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e Federação Académica do Porto.

APOIO: AE da Faculdade de Ciências de Lisboa, AE do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, AE da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, AE da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Associação Académica da Universidade da Beira Interior, Associação Académica da Universidade de Évora, Associação Académica da Universidade do Algarve.

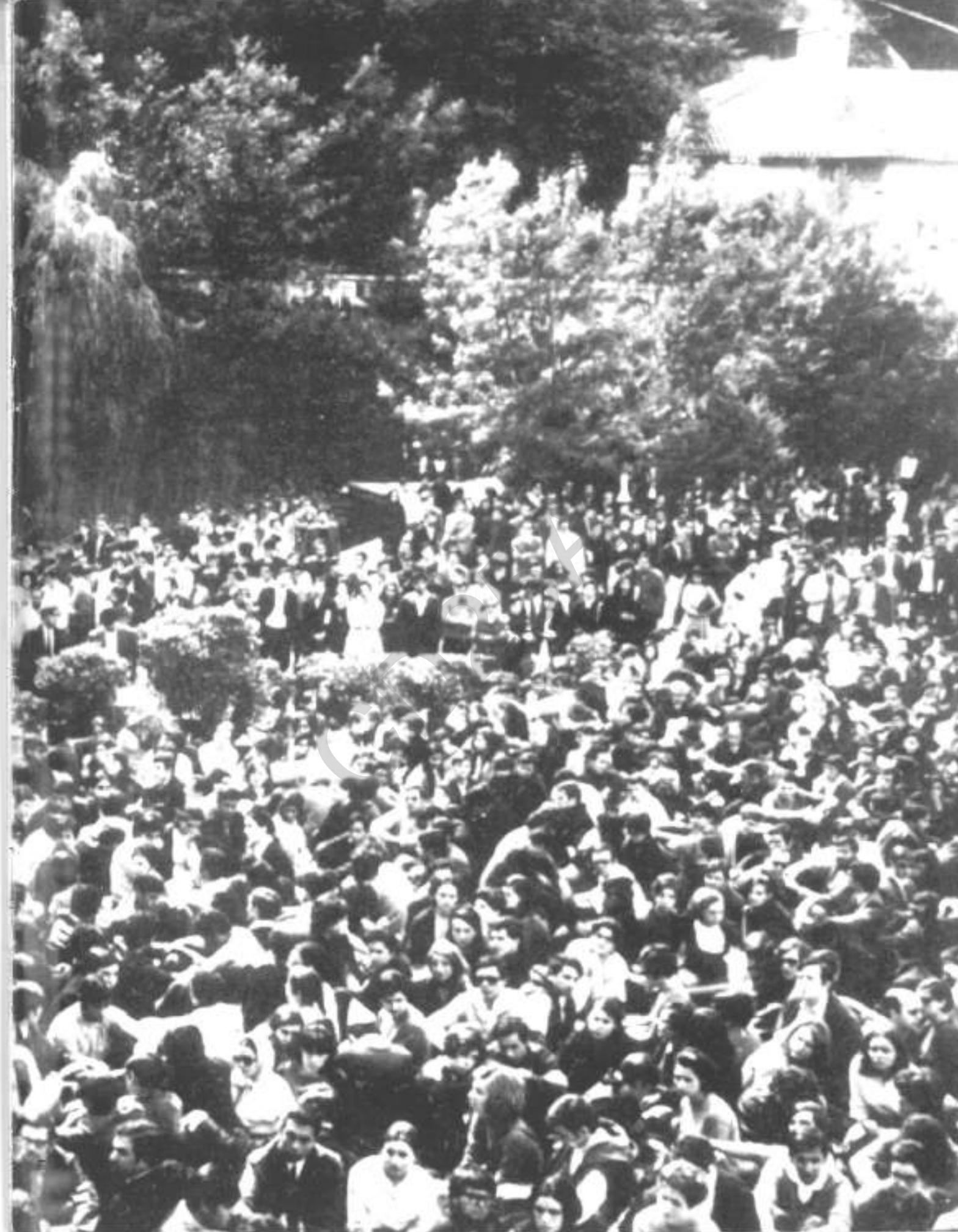
TEXTOS E ENTREVISTAS: AGENCIA MIR - Montra de Ideias e Reportagens. Tel./Fax (01) 887.64.30

FOTOGRAFIAS de Celso Cruzeiro, Jorge Sampaio e Isabel do Carmo cedidas pelos próprios.

EDITOR GRÁFICO: Luis Branco - AGENCIA MIR

TIRAGEM: 50.000 exemplares. Acabou de imprimir-se em Lisboa em Março de 1999.







DIA DE LUTA

24 DE MARÇO, 15H, ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

MANIFESTAÇÃO